

BCP S.A.

CNPJ/MF Nº 40.432.544/0001-47

NIRE Nº 35.300.145.801

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 2000

LOCAL E HORA: Sede Social da Companhia, localizada à Rua Flórida, 1970, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, às 14:00 horas.

PRESENÇA: Presença da totalidade dos membros do conselho de administração da BCP S.A. em exercício, conforme assinaturas constantes ao final desta.

MESA: Presidente : Joseph Yacoub Safra; Secretário : Eduardo Migliora Zobaran

DELIBERAÇÕES: Após examinadas e discutidas as matérias da ordem do dia, os Conselheiros deliberaram:

I. Substituir as deliberações tomadas por este Conselho de Administração em reunião de 01 de dezembro de 1999, referentes às condições da emissão de Debêntures aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 01 de dezembro de 1999, passando a valer as seguintes condições: **(i) Data de Emissão, Prazo e Vencimento:** A data de emissão das Debêntures será 1º de Dezembro de 1999, com prazo de 60 (sessenta) meses contados a partir de 01 de fevereiro de 2000 (doravante designada "Data Prevista de Subscrição"), vencendo-se portanto em 01 de fevereiro de 2005; **(ii) Colocação:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, observado o disposto na legislação vigente; **(iii) Prazo e Forma de Subscrição, Integralização e Preço de Subscrição:** a) As Debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal, com ágio ou deságio definido em processo de "book building" que será conduzido pelos coordenadores da emissão, observado necessariamente um deságio máximo de 0,40% (zero vírgula quarenta por cento) sobre o valor nominal das debêntures; b) Caso a subscrição ocorra em data posterior à Data Prevista de Subscrição, ou seja, após 01 de fevereiro de 2000, o preço da subscrição será o valor nominal sujeito a ágio ou deságio indicado no item a) acima, acrescido do valor obtido com a aplicação, sobre o valor nominal (sem cômputo de ágio ou deságio), da Taxa de Remuneração do primeiro Período de Incidência de Remuneração, conforme definidos no item (iv) abaixo, nos dias decorridos entre a Data Prevista de Subscrição e a data efetiva da subscrição; c) A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP; d) A integralização será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, que, respeitada a concessão do registro da emissão pela CVM, somente poderá ocorrer a partir de 01 de fevereiro de 2000; **(iv) Taxa de Remuneração:** A partir da Data Prevista de Subscrição e até o encerramento do primeiro Período de Incidência de Remuneração, que ocorrerá em 01 de fevereiro de 2002, ou seja, 24 (vinte e quatro) meses após a Data Prevista de Subscrição, incidirá uma Taxa de Remuneração calculada à ordem de 105% (cento e cinco por cento) da taxa de juro de depósito interfinanceiro DI de um dia, extra grupo, expressa em percentual ao ano, divulgado pela CETIP/Andima, para o período entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, a ser paga semestralmente durante este período; **(v) Repactuação:** O Conselho de Administração divulgará com antecedência de 10 (dez) dias do encerramento do Período de Incidência de Remuneração em curso, o prazo e a taxa de remuneração que será aplicada ao próximo Período de Incidência de Remuneração. As condições fixadas pelo Conselho de Administração serão comunicadas aos debenturistas, na forma de aviso, no jornal "O Estado de São Paulo", concedendo-se prazo de 5 (cinco) dias da data da publicação da comunicação, mas encerrando-se sempre antes do início do próximo Período de Incidência de Remuneração, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua não aceitação. A Sociedade se obriga a adquirir as debêntures dos debenturistas que tiverem manifestado sua

não aceitação, pelo valor nominal acrescido da respectiva remuneração no dia do encerramento do respectivo Período de Incidência de Remuneração. A aquisição aqui prevista não será acrescida de qualquer prêmio; **(vi) Resgate Antecipado:** A partir do dia 31 de março de 2000, mediante deliberação desse colegiado, a Sociedade reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento: (a) do valor nominal acrescido da remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis* a partir da data do último pagamento da remuneração, e (b) de prêmio de 0,5% (meio por cento) calculado sobre o valor fixado em (a) supra, devendo a Sociedade publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, realizado mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do Artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis.

II. Aprovar a assinatura de aditivo ao "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures não Conversíveis em Ações" datado de 01 de dezembro de 1999, refletindo as deliberações tomadas nesta Reunião do Conselho de Administração.

III. Ratificar a contratação (i) da Planner Corretora de Valores S.A. para atuar como agente fiduciário; e (ii) do Banco ABN AMRO S.A., Multi Banco S.A. e Eurodist Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para atuarem como coordenadores e garantidores da distribuição das Debêntures.

IV. Autorizar a Diretoria a praticar todos os demais atos necessários à assinatura da Escritura de Emissão e ao fechamento da operação de colocação das Debêntures, inclusive: (i) contratar outras instituições financeiras para auxiliar na distribuição das Debêntures e o banco mandatário; e (ii) observadas as deliberações tomadas na Assembléia e nesta Reunião do Conselho de Administração, negociar com as instituições financeiras contratadas, para efetuar a distribuição das Debêntures, a redação final e/ou aditamento da Escritura de Emissão, incluindo eventuais alterações que vierem a ser exigidas pela CVM como condição para o deferimento do pedido de registro da emissão das Debêntures, zelando para que sejam cumpridas junto aos órgãos governamentais competentes todas as providências que se fizerem necessárias à efetivação das deliberações ora adotadas, ratificando os atos tomados até a presente data pela Diretoria com relação às matérias tratadas na presente autorização.

ENCERRAMENTO: Como nada mais houvesse a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e aprovada por todos os presentes, que em seguida a assinaram. (A.A.) Joseph Yacoub Safra – Presidente, Eduardo Migliora Zobaran – Secretário, Kevin Louis Mundie, João Inácio Puga, Rodolpho O. Franco Protásio, Tales Vicente Arouca Procópio de Carvalho. São Paulo, 18 de janeiro de 2000. Confere com a original, lavrada em livro próprio. Eduardo Migliora Zobaran - Secretário. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o número 18.975/00-8, em 26.01.2000. Arlete S. Faria Lima - Secretária Geral.